



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001553-60.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO**
 Impetrante: **N F T Bergonso Administrativo Me**
 Impetrado: **Diretor Presidente da Progresso de Habitação de São Carlos SA - Prohab São Carlos e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **N. F. T. BERGONSO ADMINISTRATIVO - ME** contra ato exarado pelos Diretores (Presidente e Administrativo) da **PROHAB SÃO CARLOS**, senhores Mauro Luiz Moraes e José Luiz Galvão. Alega a impetrante, em resumo, que, por ser vencedora da Tomada de Preços nº 04/2015, celebrou com a PROHAB SÃO CARLOS, no dia 21/12/2015, o Contrato nº 011/2015 que tinha por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria nas áreas de administração e direito financeiro público, licitações e contratações, acompanhamentos e defesas de processos junto ao Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Tribunal de Contas da União, acompanhamentos e defesas de processos fiscais, questões trabalhistas, repasses públicos ao terceiro setor e funcionalismo público da PROHAB SÃO CARLOS.

Aduz que lançou a nota fiscal eletrônica no valor de R\$ 15.600,00, referente ao período de 23/12 à 23/01, que até a presente data não foi paga e, ainda, que, de forma ilegal, sem que lhe fosse garantido o devido processo legal, em 26/01/2016, o contrato firmado foi rescindido unilateralmente, com base no

1001553-60.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

princípio da economicidade.

Requer a concessão de liminar para revigoração e revalidação do contrato, anulando-se o ato unilateral, para que possa dar continuidade aos serviços contratados, obrigando-se a Contratante a efetuar os respectivos pagamentos.

Liminar denegada, pp. 153/155.

Informações às pp. 168/180.

O Ministério Público declinou de sua intervenção, pp. 230/231.

É o relatório. Decido.

Afasto a preliminar de inadequação da via eleita pois o art. 1º, § 2º da Lei nº 12.016/09 somente excluir a possibilidade de impetração do *mandamus* no caso de atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e de sociedade de economia mista, não sendo o presente caso relacionado a atos de gestão comercial.

Está comprovada a violação ao princípio do contraditório, devido processo legal e ampla defesa, o que nos leva à parcial procedência do *writ* para a anulação do ato unilateral que não respeitou tais garantias.

Dispõe o art. 58, II da Lei nº 8666/93 que "o regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de ... rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei".

O art. 79, I, por sua vez, estatui que "a rescisão do contrato poderá ser ... determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior".

E, por fim, estabelece o art. 78, XII do diploma que constituem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

motivos para rescisão do contrato "razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato".

Materialmente, a situação vertida nos autos parece enquadrar-se na situação tratada no art. 78, XII acima transcrito.

Todavia, olvidaram as autoridades impetrada de observar formalidade indispensável para a legitimação de sua conduta.

Com efeito, haja ou não, em tese, o direito da contratante de rescindir o contrato por razões de interesse público, evidentemente que tal rescisão repercute sobre a esfera jurídica da impetrante, vencedora de procedimento licitatório cujo objeto foi adjudicado.

Ora, se a conduta repercute sobre a esfera jurídica e os interesses e bens da impetrante, devem ser respeitadas as garantias inerentes ao devido processo legal, nos termos do art. 5º, LIV da Constituição Federal: "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal".

Entre tais garantias, elementares as do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com o art. 5º, LV da Constituição Federal: "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Com efeito, há que se dar ensejo à instauração de debate dialético no qual o particular exponha suas razões a fim de persuadir o administrador público a respeito da ausência de interesse público na rescisão e, se for o caso, a propósito do seu direito de natureza indenizatória e sua extensão.

O próprio artigo 78 da Lei nº 8.666/93, em seu parágrafo único, é de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

clareza solar: "Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa."

Nesse sentido, ainda, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "Na hipótese de rescisão por interesse público (art. 78, XII, da Lei n. 8.666/93), deve haver oportunidade de manifestação ao contratado, motivação e caracterização do interesse público, bem como a apuração de perdas e danos - se for do interesse do contratado" (RMS 27.759/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24.9.2010).

No mesmo sentido, a doutrina salienta que, inclusive no que tange à rescisão unilateral motivada no interesse público, "o contratado terá direito a ser ouvido, especialmente [mas não só] para defender seus interesses no tocante à apuração das perdas e danos" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11ª Ed. Dialética. São Paulo: 2005. p. 592).

A rescisão, independentemente de seu fundamento, "exige estrito cumprimento ao princípio do contraditório e observância ao devido procedimento administrativo" (obra citada, p. 602).

Sendo assim, é de rigor a invalidação do ato unilateral que rescindiu o contrato.

Não se impõe, porém, a obrigação da impetrada de efetuar os pagamentos mensais, vez que o mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança (Súm. 269, STF).

Ante o exposto, **CONCEDO EM PARTE** a segurança para **ANULAR** o ato que unilateralmente rescindiu o contrato administrativo discutido nos autos, tendo em vista que não foi respeitado o devido processo legal com as garantias do contraditório e ampla defesa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sem condenação em honorários, no mandado de segurança.

P.I.

São Carlos, 11 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**